



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Jornal Cidade

Data: 29/09/2012

Caderno / Página: - / -

Link: <http://jornalcidade.uol.com.br/>

Assunto: Código Florestal do Brasil não leva em conta especificidades regionais

Código Florestal do Brasil não leva em conta especificidades regionais

Como ter um mesmo código florestal para um país com tantos biomas diferentes, com tantos recursos e necessidades diferentes? - foi a indagação proposta pelo jornalista ambiental e colunista do jornal O Estado de São Paulo, Washington Novaes, durante o Seminário “Alterações do Código Florestal e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável”, que teve como objetivo debater os impactos das mudanças na legislação ambiental do Brasil. O evento aconteceu no auditório do Instituto de Engenharia, em São Paulo. Representando o Consórcio PCJ, estiveram presentes o Gerente Técnico, Alexandre Vilella, e o Coordenador de Projetos, Guilherme Valarini.

Segundo Novaes, o mais acertado seria existir um código florestal adequada para cada bioma brasileiro. Um bioma é definido como sendo uma comunidade de plantas e animais, geralmente de uma mesma formação, comunidade biótica. “Tinha de haver um código florestal adequado para cada bioma”, afirmou o jornalista.

Para explicar sua ideia, Novaes citou como exemplo a questão do serrado brasileiro. Segundo ele, a região já perdeu quase 50% de sua vegetação e continua perdendo. “Metade do desmatamento anual no Brasil acontece no serrado. Pela legislação ele sequer considerado um bioma, ou seja, um patrimônio nacional”, disse o jornalista ambiental do Estado de São Paulo.

O debate contou ainda com as participações de Samuel Ribeiro Giordano, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP, Sergius Gandolfi, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP, José Goldemberg – Instituto de Eletrotécnica e Energia - IEE/USP, Ricardo Ribeiro Rodrigues – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP.

O professor e pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/USP, Ricardo Ribeiro Rodrigues, trouxe números para mostrar a não necessidade de desmatamento em novas áreas com o intuito de exploração agrária ou pecuária. Ele citou como exemplo a produção de carne. Até 2022 serão necessários 1,1 bilhão de toneladas de carne para o consumo. De acordo com o pesquisador, o Brasil, atualmente, produz 55 kg por hectare ao ano. Serão necessários 14 milhões de hectares adicionais para atender essa demanda.

“Se aumentarmos a tecnificação da pecuária, com o aporte em investimento em tecnologia de R\$ 75 milhões atuais para R\$ 350 milhões por ano, nós vamos usar apenas 8% da pastagem, atual. Hoje, o grande problema do Brasil é a tecnificação da pecuária”, pontuou Rodrigues.

Segundo o professor da ESALQ, se houver um aumento de desenvolvimento e orientação técnica é possível liberar 80 milhões de hectares da pecuária para a produção de alimentos até 2080. “E ainda estão querendo derrubar floresta para pecuária e produção de alimentos”, comentou Rodrigues.

O Senado aprovou na última terça-feira, dia 25 de setembro, a Medida Provisória (MP 571/2012). O texto agora vai para a presidente Dilma Rousseff, que poderá sancionar ou vetar novamente o texto que foi modificado pelos parlamentares.